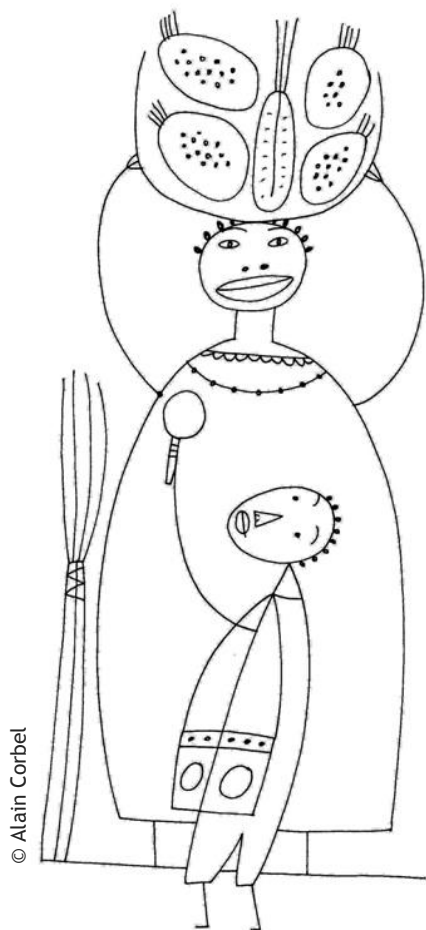




acep

Relatório de Actividades e Contas 2013

ACEP 2013



© Alain Corbel

O ano de 2013 veio confirmar alguns dos problemas e riscos que havíamos identificado e analisado em 2012 - ao nível das condicionantes financeiras nacionais, eventualmente agravadas (ou como resultado?) por opções políticas e visões utilitaristas (chamadas de “pragmáticas”) sobre a Cooperação para o Desenvolvimento. No caso das Organizações da Sociedade Civil activas, muitas viram-se empurradas para “adaptações” constantes, descapitalizadas (em recursos humanos e financeiros), disparando em todas as direcções, sem rumo claro, acentuando por vezes um “desvio para o negócio” onde antes havia o discurso da “ajuda ao desenvolvimento”. Ao mesmo tempo - em tempo de crise também de ideias - surgem novamente conceitos e iniciativas de tipo humanitário e assistencial, e assentes num voluntarismo de tempos remotos, em que boa vontade era a base suficiente de novas organizações, muitas com história efémera, mas que deixaram um rasto de “efeitos colaterais”, nomeadamente quanto a imagens estereotipadas criadas sobre o sector. No plano institutcional, a Cooperação teve um recorde de mudanças de responsável político,

(3 Secretários de Estado num ano), com diferentes perfis (e exteriores ao campo), traduzindo visões erráticas e/ou escolhas de circunstância. O maior peso da política de promoção da língua está claro na instituição criada - o Camões, I.P., o que se traduziu, de facto, na anulação da instituição pública que perfigurava dezenas de anos de experiências, conhecimento, competências e relações no campo da cooperação. O papel de monitoria da parte da Assembleia da República e da comissão parlamentar é praticamente omissa, contando-se pelos dedos de uma mão as vezes que a palavra Cooperação é mencionada nas audições ao MNE, responsável político do sector. Para a ACEP, 2013 foi um ano em que os recursos se viram esticados ao limite, seja pelas exigências de projectos muito desafiantes mas complexos, seja pela opção de não os desenvolver com técnicos expatriados, de forma a permitir o tempo de um caminho próprio às organizações parceiras. Tal implica uma pressão maior sobre a equipa em Portugal, facto que nem sequer tem sido possível reflectir adequadamente nos orçamentos dos projectos. A estes dois factores junta-se a colaboração

DO RELATÓRIO DE 2012

No relatório do ano de 2012 referíamos a situação extremamente contraditória vivida ao longo desse ano: por um lado, um ano de muita qualidade interna na ACEP, ao nível dos projectos, dos produtos elaborados, das parcerias e também do reconhecimento externo; mas, ao mesmo tempo, recuos graves no domínio da estabilidade no acesso a recursos para áreas de trabalho em que a ACEP tem competências e mais-valias reconhecidas.

Agravaram-se os efeitos conjugados de duas mudanças muito negativas: a redução de perto de 60% dos fundos da Cooperação Portuguesa disponíveis para as ONGD e, em simultâneo, a alteração das “regras do jogo”, com limitações para organizações e projectos, de forma a que passassem a “caber” dentro das novas limitações financeiras, apertando as exigências de garantias de cofinanciamento, com preferência para o europeu. Estas duas alterações gravosas tiveram como efeito a redução que o montante de novos fundos públicos portugueses a que a ACEP teve acesso em 2012 foi reduzido em cerca de 40% , recuando para os níveis de há cerca de 8 anos... E referíamos o facto de, no contexto de competição por fundos europeus, um maior acesso não é uma questão de “melhorar a formação” ou “dominar as técnicas das candidaturas”, já que em particular nas candidaturas no domínio da “Educação para o Desenvolvimento” até as ONGs de maior dimensão e mesmo plataformas nacionais vêm sendo excluídas e os projectos são aprovados quase exclusivamente os propostos por grandes redes transnacionais que dominam actualmente e de facto a estrutura das ONGs europeias, a CONCORD.

Chamávamos por isso a atenção para o facto de, no seu conjunto, o campo não-governamental da cooperação para o desenvolvimento e da sensibilização da opinião pública, que vinha aprofundando competências ao longo dos anos, estar a correr riscos de sofrer um retrocesso muito considerável. E as razões não serão estritamente financeiras: a ausência de um compromisso político firme e independente dos ciclos eleitorais, com o Desenvolvimento, de um compromisso com as condições favoráveis à participação da Sociedade Civil e também o desgaste que tal introduz nas capacidades e motivação das instituições, públicas e privadas, são problemas de natureza diferente das limitações financeiras. No entanto, as limitações de recursos financeiros não explicam a maior parte dos problemas: estamos de facto perante uma visão utilitarista da Cooperação (em prol da internacionalização da economia ou da língua) e não perante uma política com estatuto próprio.

Esta visão arrisca-se a afirmar-se cada vez mais como uma visão ideológica e não como uma política conjuntural ou a necessidade de fazer face a um contexto difícil. O papel das ONGD, enquanto Organizações da Sociedade Civil, precisa assim de ser aqui reforçado, provocando debate, afirmando princípios éticos, propondo caminhos alternativos que garantam uma co-responsabilização pela realização da justiça social e dos direitos humanos para todos. O debate sobre o pós-2015 é claramente uma oportunidade. E para tal as ONGD têm que ter a sua “casa arrumada”, em termos de clarificação do que as move e na base de que normas e princípios.

que a ACEP continua a dar à Plataforma Portuguesa das ONGD, com a participação na Direcção (e responsabilidades como a da revista, por exemplo), a dinamização do Grupo AidWatch e de temas como o das relações Europa-África. É uma escolha difícil, num tempo de tanta pressão, mas cremos que corresponde, em coerência, à visão que temos da ACEP como OSC, que não vive por si, nem para si, que se assume como parte de um corpo que se pretende transformador, ainda mais nestes contextos de retrocessos, onde a atracção pelas saídas e sobrevivências individualistas (também nas organizações), acabam por colocar em causa a própria natureza e missão de Organizações da Sociedade Civil que pugnamos na Cooperação. 2013 foi também um ano de aprofundamento da visão e das opções na cooperação, em paralelo com um processo idêntico no trabalho em Portugal. Questões como a transversalidade dos direitos humanos e da construção de uma cultura nesse domínio, apostas nas colaborações entre organizações e instituições diferentes e de diferentes naturezas, reforço da importância do trabalho de advocacia e de influência política, de construção de

referenciais e de práticas coerentes na comunicação sobre estes temas, estão hoje presentes no trabalho da ACEP seja em Portugal, seja nos países onde desenvolvemos relações de cooperação.

De facto, a abordagem à cooperação como espaço de interacção para a promoção dos direitos - cívicos e políticos, mas também económicos, sociais, culturais ou ambientais -, é um caminho que a ACEP vem percorrendo desde há alguns anos e que quer aprofundar, como visão unificadora e portadora de coerência às diversas intervenções.

Nos recursos financeiros, foi possível inverter ligeiramente a tendência de diminuição no acesso a novos fundos, registada em 2012, como se poderá ver adiante. Uma nota demasiado gravosa continua a ser de referir: a quota de fundos públicos nacionais continuou a diminuir, não atingindo 1/3 dos novos fundos mobilizados pela ACEP. O equilíbrio no acesso a novos fundos só foi possível com a duplicação de fundos europeus, crescimento que, para uma organização do tipo da ACEP, um limite relativamente claro.

São de referir também alguns recursos a que atribuímos um valor muito superior ao da sua

dimensão financeira. É o caso em particular das contribuições da Fundação Calouste Gulbenkian, que vêm nos últimos anos assumindo uma importância de relevo no reconhecimento e também na viabilização de iniciativas como a Casa dos Direitos, na Guiné-Bissau, o projecto Meninos de Rua, nos países da CPLP, ou ainda o financiamento de projectos de candidaturas abertas pela Fundação e em que a ACEP desenvolve um projecto de segurança alimentar e nutricional, por onde passam o direito à alimentação de qualidade e os direitos económicos das mulheres, reforçando o trabalho no sul da Guiné-Bissau, com a Rede Ajuda - Cooperação e Desenvolvimento.

O reconhecimento de mais-valias da ACEP em domínios especializados tem-se traduzido numa nova fonte de recursos importante, que viabilizam duas áreas importantes: a pesquisa e construção de conhecimento útil para a cooperação e o desenvolvimento; e a concepção de conteúdos e instrumentos de comunicação em áreas como as dos direitos humanos ou monitoria de políticas, para utilização no trabalho de sensibilização, advocacia ou influência política, contribuindo para a construção de uma cidadania participativa.

PROGRAMAS E PROJECTOS



© Casa dos Direitos, Guiné-Bissau, 2013

1. PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO EM 2013

Guiné-Bissau / Casa dos Direitos, redes e recursos para a paz e o desenvolvimento

O segundo ano da Casa dos Direitos coincidiu com um período de grande instabilidade político-militar na Guiné-Bissau, já que o país foi afrontado por mais um golpe de estado, pouco mais de um mês após a inauguração da Casa. No entanto, e apesar deste contexto difícil, 2013 foi um período de afirmação, enquanto espaço de encontro e de diálogo entre organizações da sociedade civil guineenses e de protecção e de promoção dos Direitos Humanos. De facto, desde a sua inauguração, em Fevereiro de 2012 que “A Casa” tem acolhido inúmeras actividades

organizadas por ONG e outras instituições guineenses ou estrangeiras, a par de uma programação própria com debates, formações, produção e divulgação de materiais de sensibilização, em que os Direitos Humanos, em múltiplas dimensões, são tema principal. As comemorações do 1.º aniversário da Casa foram um dos momentos altos em 2013, com o lançamento de um livro em torno dos direitos das crianças (tema principal de trabalho no segundo ano de actividade), além de uma exposição fotográfica com imagens de quotidianos retratados por crianças e jovens de bairros de Bissau, disponibilizada depois para actividades outros pontos do país, dinamizadas pela AMIC. Na conferência anual, estiveram presentes perto de uma centena de pessoas, desde membros de organizações da sociedade civil, a jornalistas, deputados e outros representantes da sociedade guineense e também representantes do corpo diplomático e cooperação internacional. Apesar do período conturbado, a Casa dos Direitos procurou - tem procurado - criar espaços para debater e construir uma cultura de respeito *efectivo*



© Ana Filipa Oliveira, Guiné-Bissau, 2013

pelos Direitos Humanos, através da organização de mesas redondas em que se confrontam diferentes pontos de vista, *djumbais* ao final da tarde que proporcionam um encontro mais informal entre organizações (os *Djumbais* organizados pelo Programa de Apoio aos Actores Não Estatais têm sido um óptimo exemplo) e ainda formações e intercâmbios com outras experiências, outros contextos. Desde o início que a Casa pretendia também ser espaço para sede da Liga Guineense de Direitos Humanos que aí passou a ter o seu escritório nacional. Havendo claramente o risco de confusão entre Casa e Liga, ele foi assumido e reside na capacidade de todos os envolvidos na clarificação de missões, de complementaridades, com o reconhecimento das mais-valias de cada um.

O centro de recursos aberto ao público (com apoio da Universidade de Aveiro), onde estudantes, investigadores e outros públicos acedem à internet e consultam bibliografia especializada no domínio dos Direitos Humanos é a componente que precisa agora maior investimento. Tal irá acontecer ao nível da

formação adequada dos recursos humanos e da montagem da rede de recolha, acesso e organização da documentação especializada, com a colaboração do projecto “Mindjeris i força di paz”, desenvolvido, ao longo de 2014, pela organização holandesa SVN e o programa “Mais Valia” da Fundação Calouste Gulbenkian. Esta iniciativa envolve perto de uma dezena de ONG guineenses e portuguesas e conta com financiamento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, co-financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian e apoio da Universidade de Aveiro.

“A Casa” está já a ter capacidade de gerar receitas próprias para cobrir parte dos seus custos fixos (com aluguer de espaços, por exemplo), embora haja a noção clara que uma iniciativa destas não será nunca auto-sustentável. Estão por isso em curso novas abordagens, a novas instituições também, para novas iniciativas, que dinamizem as actividades e continuem a garantir a sua sustentabilidade financeira. Mais informação em: www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.pt.

Guiné-Bissau / Impunidade, Injustiça e Insegurança: violações intoleráveis dos direitos humanos

Em 2012, a Liga Guineense de Direitos Humanos apresentou a candidatura a financiamento deste projecto, no quadro do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais da União Europeia, em colaboração com a ACEP. O projecto procurou, por um lado, aprofundar o conhecimento do problema da impunidade, como questão central, nas suas diversas vertentes ao longo da história recente do país; e, por outro, actuar no domínio da sensibilização de vários quadrantes da sociedade guineense para a construção de formas de lhe fazer face. Iniciado em Janeiro de 2013, passou por um conjunto de actividades articuladas: uma pesquisa a nível nacional com entrevistas realizadas por activistas da Liga, num processo que teve a colaboração de um jornalista e investigador que tem já colaborado com a ACEP noutras iniciativas, o Pedro Rosa Mendes, que depois coordenou o relatório final até à sua apresentação na conferência internacional, realizada em Dezembro em Bissau.



A Conferência foi assim um dos pontos altos de trabalho público, e contou com as experiências de luta contra a violência política do Ruanda (através da participação do Prof. José Kagabo, da EHESS/Paris) e a experiência de Moçambique

contra a criminalidade económica (com a participação do fundador do Centro de Integridade Pública, Marcelo Mosse). A sensibilização da sociedade guineense passou por uma colaboração com rádios comunitárias e uma rádio nacional, com uma campanha ao longo de Dezembro, em horário nobre. A programação incluiu também a produção de uma peça teatral, da autoria do grupo “Os Fidalgos”. A peça abriu o programa da conferência e realizou itinerância por cerca de uma dezena de cidades do país. Para efeitos de sensibilização, mas também como apoio à conferência, foram produzidos com a televisão comunitária TV Klélè dois vídeos, um com depoimentos pessoais de guineenses que, em diferentes momentos da vida do país viveram situações de impunidade; e um segundo vídeo com experiências internacionais da Europa, América Latina e África. O programa de formação e debates descentralizados contou ainda com um *kit* de documentação especializada e traduzida para português. O estudo (em versões mais curta e longas), bem como os dois vídeos, estão disponíveis no site da liga em www.lgdh.org.

Guiné-Bissau / Observatório dos Direitos



Em Julho a Liga Guineense de Direitos Humanos, a ACEP e o CEa - Centro de Estudos Sobre África, Ásia e América Latina do Instituto Superior de Economia e Gestão (ULisboa) assinaram com a União Europeia

um contrato para a criação de um Observatório dos Direitos, na linha de iniciativa idêntica que a União Europeia está a apoiar para a África Ocidental, com base no Mali.

Este Observatório, de âmbito nacional e com antenas nas regiões, pretende contribuir para desenvolver uma cultura dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau favorecendo a acção cidadã e o respeito efectivo dos direitos, melhorando o nível de conhecimento e de monitoria dos Direitos Humanos no país.

Para tal, articula-se em torno de três tipos de actividades centrais: construir indicadores



apropriados e fazer a recolha e o tratamento de dados sobre a situação de direitos humanos em diversos domínios, que se traduzam em materiais de sensibilização para públicos diversificados (como jornalistas, membros de organizações da sociedade civil, deputados e outros responsáveis políticos, autoridades tradicionais e religiosas); desenvolver campanhas de advocacia e sensibilização; reforçar as organizações da sociedade civil activas nos Direitos Humanos. Pretende-se assim não só melhorar as condições de monitoria, mas também criar mais capacidade de promoção e realização dos direitos, tanto ao

nível das OSC, como no diálogo com as instituições pertinentes. O arranque, em Outubro de 2013, centrou-se: por um lado na constituição, formação e disponibilização de equipamentos de trabalho tanto para a equipa que fica sediada em Bissau, na Casa dos Direitos (onde se situa a coordenação, o tratamento de dados e a comunicação do Observatório), como para as antenas regionais; por outro lado, na construção dos indicadores e instrumentos de recolha, processo realizado de forma participada pelas antenas regionais e equipa central, com o apoio do Prof. Carlos Sangreman, do CEsa e Universidade de Aveiro. Finalmente, foi ainda iniciado um processo de trabalho com jornalistas de vários tipos de órgãos de comunicação - nacionais e comunitários -, sobre ética e comunicação em direitos humanos, dinamizado pelo investigador e jornalista Pedro Rosa Mendes, também do CEsa. O Observatório conta já também com o apoio do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. Mais informação em www.observatoriodireitos-guinebissau.blogspot.com.

Guiné-Bissau / Um Mês de Projectos por Uma Vida com Direitos

UM MÊS DE PROJECTOS
 O O O O O O O O O O
 O O O O O O O O O O
 O O O O O O O O O O
 O O O O O O O O O O
 POR
 UMA VIDA COM
 DIREITOS

Trata-se de uma iniciativa proposta à ACEP e à Casa dos Direitos, pela Delegação da União Europeia na Guiné-Bissau, de preparação de um conjunto de materiais de sensibilização sobre

projectos financiados no âmbito do Instrumento Europeu de Democracia e Direitos Humanos. Incluiu a criação de uma imagem de campanha, realização de vídeos (que a ACEP e a Casa propuseram à televisão comunitária TVKlélé), realização de *newsletters* e depois preparação de um mês de campanha, na Casa, sob o lema “Um mês de projectos para uma vida com direitos”. Durante 2013 foram produzidos 3 dos 4 filmes e 3 newsletters, tendo ficado para 2014 a decisão sobre a escolha do mês de campanha, tendo em conta a necessidade de evitar o calendário eleitoral.

DIREITOS HUMANOS: PASSAR DA DENÚNCIA PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA E REALIZAÇÃO DOS DIREITOS

Nos últimos cinco/seis anos, fruto de um debate sobre experiência e sobre mudanças nos contextos, a ACEP veio redesenhando o seu fio condutor, com implicações muito claras no trabalho na Guiné-Bissau, com organizações guineenses. Esse é o foco desta reflexão, embora as implicações estejam também presentes na cooperação com outros países, que veio a levar a um olhar mais exigente sobre a actividade de promoção do desenvolvimento, traduzida numa abordagem de “realização de direitos”, na sua multidimensionalidade. Tal passa pela construção de uma cultura democrática e de direitos humanos, nas suas múltiplas dimensões, interna e externamente às organizações, afirmada em oposição a dois tipos de abordagem: por um lado a da “resposta a necessidades”, por outro a perspectiva redutora, de denúncia das violações de direitos.

Um outro elemento importante é o da visão global e do trabalho integrado, recusando visões estanques de áreas e territórios. Tem conduzido progressivamente a uma transversalidade do trabalho de advocacy, aliada à influência política e à sensibilização das sociedades, que deixou de ser exclusivo ao trabalho em Portugal, e que tem incluído a procura de construção de respostas de qualidade (no conteúdo e na forma) para a comunicação em direitos humanos.

Aprendemos com Paulo Freire, e com a sua experiência na Guiné-Bissau, a necessidade de “aprendizagem do mundo”, de ir contra a corrente, de recusar leituras e abordagens simplificadoras de realidades complexas (que repetem clichés como o da “fragilidade dos estados” para na prática os substituir, constituindo-se como “mini-estados paralelos” não legitimados), e procurar envolver mais e mais gente na procura de “invenção” e de realização de “boas práticas”. Esta é aliás a base da opção pelo alargamento de redes e alianças mais arriscadas, entre organizações mais consolidadas ou mais frágeis, que se traduzem tanto em parcerias mais identitárias, como em alianças conscientes entre diferentes. Este processo complexo temo-lo experimentado em iniciativas como a “Casa dos Direitos” - uma aposta persistente de diferentes organizações, na procura de construção de novos caminhos numa situação de fragilidades várias, mas valorizando recursos qualitativos muito importantes.

O projecto sobre a “Impunidade”, desenvolvido em associação com a Liga Guineenses de Direitos Humanos e com apoio da EU, é também um marco

importante neste percurso, a partir de um diagnóstico fino e de base local, de algumas das chaves dos problemas, assente em competências dos parceiros, articulando-as com mais-valias que a ACEP tem condições de mobilizar, nomeadamente na investigação - num tema e contexto complexos, onde tem imperado o “paraquedismo externo”, com visões e respostas preconcebidas e formatadas.

A criação do “Observatório dos Direitos”, iniciada no final de 2013, numa parceria da Liga, ACEP e CESA do ISEG da Universidade de Lisboa e apoio financeiro da UE e do CICL, que está a passar pela construção local de metodologia e de indicadores apropriados tem condições de ser mais uma aposta com impactos qualitativamente muito importantes na monitoria e na sensibilização para os direitos cívicos, económicos e sociais no país. Fica claro que neste percurso temos tido boas companhias, que se mobilizam de acordo com as perspectivas e missões individuais, mas que reconhecem a importância e singularidade de certos espaços comuns: desde logo a AD ou a TINIGUENA, com quem partilhámos primeiros passos e experiências únicas, como a construção da Rede de Solidariedade durante a guerra de 1998-99; com várias outras reforçámos este caminho, como a Liga Guineense de Direitos Humanos, a AMIC e os direitos das crianças em risco, a RA - Rede Ajuda e os direitos económicos das mulheres, a RENARC e os primeiros encontros de rádios comunitárias dos PALOP e da CPLP, ou a RENAJ, com quem apostámos na criação da Radio Jovem, há mais de uma década. Em comum e em conjunto todos têm contribuído para criação de mais espaço político e de peso simbólico a vários níveis, de que a Casa dos Direitos é um dos frutos e é simultaneamente catalisadora - como se comprovou no período após o golpe de estado de 2012.

Este percurso de pesquisa, inovação, experimentação tem sido o fio condutor de novos projectos, acolhedor de iniciativas de outros, facilitador de reconhecimento e de capacidade de influência e de autoconfiança das organizações. Para tal tem sido fundamental o apoio de instituições que têm estado disponíveis para uma quota de risco, não muito comum em grandes instituições públicas ou privadas: desde logo a Cooperação Portuguesa e a Fundação Calouste Gulbenkian. Mais recentemente o apoio da União Europeia representa um passo importante na criação de uma abordagem sustentável e de maior prazo.

Guiné-Bissau / Segurança alimentar, Saúde e Nutrição em Quínara

Este projecto surge na continuidade do trabalho iniciado com a ONG guineense RA - Rede Ajuda, há já alguns anos na região de Quínara, no sul do país, numa abordagem de promoção dos direitos económicos das mulheres e do direito à alimentação de qualidade. Iniciado em Janeiro de 2013, tem uma duração de 3 anos e conta com financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. Realizado em parceria com a ONGD ATA e o centro de investigação português IHMT-IUL, o projecto visa combater os níveis de insegurança alimentar e aumentar o bem-estar socioeconómico daquela região e vem possibilitar estender essa intervenção em torno do Rio Grande de Buba, incluindo agora o sector de Empada, onde os níveis de insegurança alimentar e pobreza são mais acentuados. A acção centra-se em torno de 3 eixos de intervenção: reforço das capacidades de produção e transformação nas fileiras hortofrutícola, pecuária e do peixe, reforço das capacidades técnicas das

organizações comunitárias de base e, por último, conhecimento e sensibilização em nutrição e saúde. De destacar, a realização de um inquérito de avaliação do estado do estudo nutricional e desenvolvimento infantil, no qual participaram 287 famílias e que irá também permitir monitorizar as actividades de produção e transformação agroalimentar, sendo repetido no último ano do projecto. A análise dos dados está a ser feita por uma aluna de mestrado do IHMT, ficando os resultados disponíveis em 2014. Os resultados da intervenção ao nível das capacidades produtivas também só poderão ser aferidos no próximo ano, tendo este ano sido adquiridos os meios técnicos e materiais necessários, nomeadamente: instrumentos agrícolas e semente para apoiar dois grupos de mulheres horticultoras, um motor e pequenos equipamentos de pesca para permitir aumentar os níveis de captura. As capacidades de transformação foram reforçadas através da recuperação dos fornos de fumagem de peixe de Buba e Empada, que irão possibilitar um complemento de rendimento às mulheres que produzem Bubacalhau - actividade sazonal - e

permitir uma maior conservação do peixe numa região onde não existe rede de frio. No domínio da pecuária, a aposta foi na capacitação de seis jovens criadores em produção e saúde animal.



© Liliana Azevedo, Guiné-Bissau, 2013

Guiné-Bissau / Nô Labra I Nô Cria Limarias - Nô Mindjora Nô Saúde Ku Nô Rendimento

Em 2012, a RA - Rede Ajuda apresentou ao Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) da União Europeia, em colaboração com a ACEP e a ATA. Esta acção, que se estende até Março de 2014, articula-se com o projecto anterior, numa perspectiva de sinergias e partilha de recursos, materiais e humanos e de promoção da soberania alimentar. Para além de uma maior abrangência geográfica, com a inclusão do sector de Empada, a intervenção estendeu-se à área pecuária, em Tite e Buba, tendo sido possível durante o ano 2013 reduzir de forma significativo a mortalidade animal através do apoio às campanhas de vacinação e sensibilização dos criadores.

No sector de Empada, a acção possibilitou a construção de dois poços, potenciando simultaneamente a produção hortícola e o acesso à água nas tabancas. De salientar também, a aquisição de veículos com vista a apoiar o escoamento das produções para os mercados.

Santo Antão, Cabo Verde / Reforço das condições de produção e apoio à promoção e comercialização dos produtos Sabores D’Nha Terra

Desenvolvido no quadro do Pro-grama Integrado de Cooperação de Portugal com Cabo Verde, esta inter-venção na ilha de Santo Antão, nos concelhos da Ribeira Grande e do Paúl, em parceria com a AMIPAÚL e a OADISA, iniciou-se após cerca de 18 meses de interrupção, durante o qual decorreram as negociações para um financiamento complementar da Cooperação Portuguesa e é o prolongamento do trabalho desenvolvido desde 2007, com o apoio da Cooperação Portuguesa e da Comissão Europeia. Esta terceira fase veio responder à necessidade de reforçar o acompanhamento de algumas actividades de maior inovação técnica, mas sobretudo social (como o desenvolvimento de actividades económicas associativas, por mulheres, de transformação agroalimentar e para um mercado mais alargado) e a potenciação dos bons resultados obtidos na instalação de sistemas de rega gota-a-gota, alargando a área,

tipos de produções e agricultores abrangidos; a inclusão de novas actividades numa perspectiva de fileira, com os viveiros hortofrutícolas.

Em 2013, deu-se continuidade às acções de promoção dos produtos - no seguimento do estudo de mercado que tinha sido feito no ano anterior - com a realização, em Março, de diferentes acções de promoção nas ilhas de Santo Antão, São Vicente e Sal (exposições e degustações e produtos). Realizaram-se ainda contactos com potenciais distribuidores, nomeadamente Minimercados Residenciais, Hotéis e Restaurantes.

O projecto sofreu contudo um interregno tendo sido suspenso o alargamento da área de cobertura do sistema de rega gota-a-gota, devido a um conjunto de situações externas ao projecto que não foi possível solucionar num prazo curto, obrigando ao prolongamento do projecto até ao próximo ano.

S. Tomé e Príncipe / Sociedade Civil pelo Desenvolvimento: Comunicação, Capacitação, Advocacia



Há já vários anos que a ACEP desenvolve acções de capacitação e reforço institucional das

organizações da sociedade civil santomenses, em parceria com a Federação das ONG em São Tomé e Príncipe (FONG-STP). É no seguimento desse trabalho que a ACEP e a FONG-STP desenvolvem o projecto *Sociedade Civil pelo Desenvolvimento - Comunicação, Capacitação, Advocacia*, numa perspectiva de reforço das OSC em domínios como a monitoria de políticas públicas e a promoção da boa governação. Em matéria de Comunicação, o projecto procura melhorar o acesso a informação, em português, e criar espaços de diálogo político e social entre diferentes actores, recorrendo, para isso, a diferentes abordagens (programas radiofónicos, brochuras temáticas, página electrónica, boletim informativo, entre outros). Nesta fase do

projecto foram também criadas condições para a instalação de uma rádio comunitária no sul, em Porto Alegre. A vertente de Capacitação passa pela criação de oportunidades de formação, em contexto formal e informal, em áreas específicas como políticas públicas, monitoria orçamental ou utilização de ferramentas de comunicação. Em 2013, foram dados os primeiros passos para a criação da Rede da Sociedade Civil para a Boa Governação, na qual estão actualmente envolvidas 10 ONG e um jornal. Já no domínio da Advocacia, o projecto pretende contribuir para o reforço das capacidades das OSC ao nível da monitoria e da organização de acções de advocacia que lhes permitam uma participação mais activa no diálogo político e social. Iniciou-se o trabalho de pesquisa e sistematização de boas práticas em monitoria de políticas públicas e deu-se o pontapé de saída para a elaboração do relatório anual que neste primeiro ano de projecto será dedicado à relação entre sociedade, media e políticas públicas. Foi também iniciado o trabalho de recolha de notícias sobre políticas públicas em São Tomé e Príncipe que culmina com a edição de um

boletim electrónico trimestral. Mais informações sobre o projecto, que conta com financiamento da União Europeia e co-financiamento do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, estão disponíveis em www.sociedadecivilstp.blogspot.pt.



© Liliana Azevedo, Sede FONG-STP, São Tomé e Príncipe, 2013

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Meninos de rua: inserção e inclusão

© Ana Filipa Oliveira, Lisboa, 2013



Após uma 1ª fase com 3 países parceiros, a parceria alargou-se, numa 2.ª fase aos 5 PALOP e Timor-Leste (Outubro de 2011 a Março de 2013), tendo terminado após a realização, em Lisboa (na foto), de um encontro que juntou os parceiros dos seis países de intervenção ACRIDES/ Cabo Verde; AMIC/ Guiné-Bissau, Fórum Comunicação e Juventude/Timor-Leste;

Fundação Novo Futuro/S.Tomé e Príncipe; Meninos de Moçambique/Moçambique; Okutiuka/Angola) e ainda organizações que tinham participado no intercâmbio realizado na 1ª fase, designadamente uma ONG brasileira (CRIA/ Salvador da Baía) e duas ONG portuguesas (CHAPITÔ e IAC/Lisboa). Participaram ainda neste encontro André Almeida da ONGD portuguesa *Scientists in the World*, que colaborou na 1ª fase, dois jovens apoiados pela Fundação Novo Futuro que se encontram em Portugal a estudar, bem como o ilustrador Alain Corbel que dinamizou ateliês criativos nos seis países e o sociólogo Orlando Garcia que coordenou o estudo “Engenhos de Rua” sobre metodologias de intervenção com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade ou em risco de exclusão que, nesta 2ª fase de projecto, contemplou os países da CPLP que não tinham sido abrangidos na fase anterior, incluindo ainda Brasil e Portugal. Em 2013 foi também apresentado publicamente em Cabo Verde, Guiné Bissau e Moçambique o segundo volume de histórias de vida de crianças e jovens ilustrados por elas próprias intitulado “Vozes de Nós - Díli,

Maputo, Praia”. Desenhos e fotografias resultantes dos ateliês criativos deram também lugar a uma exposição itinerante que passou pela Assembleia da República portuguesa e pelo Centro Cultural português em S.Tomé. Outro instrumento realizado no âmbito do projecto foi o “Manual dos Direitos da Criança”, que reúne informação sobre a legislação de cada país e se encontra disponível em formato digital. Tendo em conta a relevância do projecto, os Pontos Focais de Cooperação da CPLP concordaram na aprovação de uma 3ª fase, a iniciar em 2014, para consolidação do trabalho em rede para a promoção dos direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade nos países mas também ao nível da CPLP, aprofundando a articulação entre OSC e instituições públicas e, por outro lado, reforçando a comunicação sobre direitos e a sensibilização das respectivas sociedades. Mais informações sobre este projecto desenvolvido no quadro da CPLP e com apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação Alta Mane no blogue www.vozes-de-nos.blogspot.pt.

2. PROJECTOS COM FINANCIAMENTO TERMINADO EM 2013

Portugal / e-stórias d' igualdade

Tendo como objectivo principal contribuir para a eliminação dos estereótipos de género, questionando a forma como as mensagens jornalísticas contribuem para reproduzir ou eliminar os estereótipos associadas à feminilidade e à masculinidade, o projecto terminou em 2013 tendo decorrido ao longo de 28 meses com financiamento do QREN/POPH - Tipologia 7.3. Foram envolvidos profissionais e estudantes das áreas da comunicação e organizações da sociedade civil que trabalham na área da igualdade de género e realizaram-se, ao todo, seis tertúlias e seis *workshops* em diferentes cidades da região Norte (Braga, Guimarães, Penafiel, Porto, Póvoa de Varzim) e

ainda um programa de mentoria no qual participaram doze profissionais de diversos meios de comunicação e doze estudantes do curso de Ciências da Comunicação da Universidade do Porto. Contudo, somente quatro alunas concluíram o programa realizando cada uma um trabalho de vídeo ou multimédia no qual abordavam as questões de género na comunicação. Em 2013, finalizou-se a produção das 12 *digital storytelling*, vídeo-narrativas de mulheres e homens cujas histórias de vida são uma possível porta de entrada para o debate em torno de estereótipos e direitos na nossa sociedade.

A Mostra em Novembro, no Porto (na foto), marcou o fecho do projecto. O evento juntou dezenas de pessoas que directamente ou indirectamente participaram nas diferentes actividades ao longo dos dois anos de projecto. O livro “e-stórias d'igualdade”, publicado na recta final do projecto, sintetiza as diversas actividades e inclui também um capítulo com Contributos para Comunicar com Igualdade (ler mais adiante em “Experiência e Conhecimento”), dirigidos a estudantes e profissionais dos media,

e ainda uma rubrica dedicada ao relacionamento das organizações da sociedade civil com os diversos órgãos de comunicação social portugueses (da imprensa à rádio e à televisão). Tanto o livro como os *digital storytelling*, os trabalhos realizados pelas mentoradas, as gravações das intervenções nas tertúlias, bem como outros recursos relacionadas com a promoção da igualdade de género na comunicação encontram-se disponíveis no site www.e-storiasdigualdade.com. A divulgação do projecto foi também reforçada através das redes sociais: www.facebook.com/estoriasdigualdade.



© Liliana Azevedo, Espaço Mira, Porto, 2013

INICIATIVAS DE CONTINUIDADE

Diversas iniciativas que a ACEP iniciou no quadro de projectos financiados perduram para além desse período, sendo apropriadas e utilizadas em diversos contextos, sobretudo na academia e por outras organizações da sociedade civil.

A sua apropriação por parte de outros foi particularmente evidente para nós em 2013, pelas solicitações para expor materiais resultantes de dois projectos de Educação para o Desenvolvimento e de Cooperação para o Desenvolvimento; e pelo reconhecimento da utilização das nossas publicações nos *curricula* académicos.

Portugal / Alfabeto do Desenvolvimento

Este projecto de Educação para o Desenvolvimento, resultado de uma parceria com o Centro de Estudos sobre África, Ásia e

América Latina (CEsA-ISEG/ULisboa) e a Associação In Loco, terminou o período de financiamento em Dezembro de 2012. Porém, os instrumentos criados no âmbito deste projecto, nomeadamente a exposição de 27 painéis, têm continuado a ser utilizados no contexto nacional e internacional. Em Janeiro de 2013, a exposição do Alfabeto do Desenvolvimento esteve patente na Casa dos Direitos, na Guiné-Bissau, procurando assim articular iniciativas de Educação para o Desenvolvimento com projectos de Cooperação para o Desenvolvimento - uma prática de articulação defendida e praticada pela ACEP há já vários anos. A exposição esteve depois patente em São Tomé, em Junho de 2013, tendo regressado a Portugal em Outubro de 2013 para os corredores da Assembleia da República, seguindo-se Porto, em Novembro de 2013, e, por fim, Évora, em Dezembro de 2013. Em todos estes locais, a inauguração da exposição foi acompanhada por uma sessão de debate em torno dos conceitos propostos. Mais informação em www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento.



© Fátima Proença, CPP, São Tomé e Príncipe, 2013

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste / Vozes de Nós - a exposição



organizações parceiras desta iniciativa, foram desafiadas a retratarem o seu quotidiano através do desenho e da ilustração. O resultado foi reunido no livro *Vozes de Nós*, em dois volumes, e na exposição que, em 2013, esteve patente em Lisboa, na Assembleia da República (Julho de 2013). Partiu depois para São Tomé e Príncipe onde foi exposta já em 2014, iniciando assim um périplo pelos países parceiros. A itinerância irá continuar por iniciativa das organizações parceiras e sempre que solicitada por outros. Mais informação em www.vozes-de-nos.blogspot.pt.

instrumentos de comunicação - como o site e a *newsletter* - continuam a ser constantemente actualizados com informação sobre Cooperação para o Desenvolvimento e o futuro do Desenvolvimento, pós-Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Também o livro homónimo, daqui resultante, integra os *curricula* académicos e é já uma referência no domínio da Cooperação para o Desenvolvimento em Portugal, sendo utilizado por exemplo em disciplinas de universidades (esta publicação está disponível em formato impresso e online em <http://goo.gl/T3JGfS>). Mais informações disponíveis em www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.pt. Para subscrever a *newsletter* aceda ao site e preencha o formulário disponível na coluna da direita.

No âmbito do projecto “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção” realizaram-se diversos ateliês de expressão artística, dinamizados pelo ilustrador Alain Corbel, nos seis países parceiros - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. As crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, enquadradas nas

Portugal / Portugal e África: Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento



Este projecto terminou o seu período de financiamento em Dezembro de 2011, porém os seus

COOPERAÇÃO PELA LIBERDADE

Temos para nós na ACEP que uma das áreas mais nobres das relações internacionais é a das relações de cooperação. Essa visão está expressa no próprio nome da associação, que não por acaso se constituiu com o nome de associação para a cooperação entre povos.

Sabemos também que nas relações internacionais e em particular nas relações de cooperação, (porque são relações de poder desiguais), existe uma fronteira ténue entre solidariedade, colaboração e interferência. Por essa razão medimos bem os passos que damos, para que a cooperação entre povos não seja um conceito que encubra formas abusivas de perpetuar relações desiguais.

A participação empenhada da ACEP neste projecto da iniciativa da Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) - um projecto que intervém num domínio crítico como o do debate sobre impunidade na história recente da Guiné-Bissau - assenta por isso numa decisão pensada e consciente. Quarenta anos após as independências das então colónias portuguesas também para nós é muito importante entender o significado de uma diferença que ouvi referir nestes dias ao Prof. Kagabo - a diferença entre verdade política e verdade histórica.

Creio que um dos elementos diferenciadores dessas duas verdades é o reconhecimento do valor da liberdade. Foi esse o valor que guiou a participação de muitos na luta anticolonial, também em Portugal. Foi esse um dos valores que foi depois, ao longo de 40 anos, por vezes atropelado, relativizado, pelas melhores ou piores intenções - lá e cá.

É o valor da liberdade que nos desafia a estar hoje aqui, num acto de cooperação, no domínio dos direitos humanos - e defendendo uma

cooperação como acto de liberdade e pela liberdade. É um valor universal que se traduz na liberdade de escolhas - individuais e colectivas - e que nos garante o direito de acesso à oportunidade de realização, também individual e colectiva:

- A liberdade de escolher estudar isto ou aquilo, ter oportunidade de gozar uma vida saudável, escolher ficar aqui ou partir para ali, ter oportunidade de aceder à justiça, ou à informação de qualidade, poder beneficiar dos avanços científicos, e, sobretudo, viver livremente, com dignidade, sem medo de olhar o passado, sem medo do hoje ou do amanhã.

Para tal, reconheçamos a coragem da LGDH de procurar contribuir também para reconstituir a memória. Chinua Achebe, um dos grandes escritores africanos, tem num dos seus romances um diálogo em que um grupo de jovens pergunta ao homem grande o que é mais importante numa batalha: se os tambores que chamam os guerreiros, se os próprios guerreiros ou se a narrativa que é feita depois. O homem grande responde que os três são importantes, mas que a narrativa é sem dúvida a mais importante, pois que é esse registo escrito que vai permitir aprender com o passado e impedir os nossos filhos de errarem como cegos, no meio dos cactos do deserto. Saudemos e aproveitemos portanto esta oportunidade de encarmos de frente o passado e construir um futuro com dignidade.

Bissau | 11Dez 2013 | Fátima Proença, ACEP

*[*Texto apresentado na inauguração da conferência internacional sobre o papel da Sociedade Civil contra a Impunidade na Guiné-Bissau]*



ACEP E A PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

O papel político da Plataforma em 2013

Em Janeiro 2012, quando a ACEP integrou a Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD, o clima político era de incerteza de rumo e grandes mudanças no sector sinónimas de recuos nalguns domínios, como a fusão do IPAD com o Instituto Camões e alterações drásticas nas orientações das linhas de financiamento. A ACEP contribuiu nesse ano, no quadro da Direcção, para a elaboração de um conjunto de documentos de posição da Plataforma como

© Liliana Azevedo, Camões, I.P., Lisboa, 2014

“Propostas das ONGD para o Futuro da Cooperação Portuguesa” e “Um ano de (des)governança da Cooperação Portuguesa”, todavia não surtiram grande efeito junto de quem tutela o sector, tendo a nova estratégia para o sector continuado esquecida por mais um ano. Em 2013, assistiu-se por duas vezes à mudança de pasta na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, obrigando a um permanente recomeço no diálogo e relacionamento que, apesar da instabilidade, foi evoluindo positivamente. No ano de 2013 também se acentuou a tendência da subalternização da política de Cooperação a outras políticas, nomeadamente a diplomacia económica e a promoção da língua. No sentido de recentrar o debate em temas prioritários da Cooperação, a Plataforma promoveu em Abril um seminário na Assembleia da República sobre Pobreza e Direitos Humanos e procurou manter um contacto regular com a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas enviando ao longo do ano diversas cartas e documentos de posição.

Participação na Direcção da Plataforma



A ACEP aceitou o convite para um novo mandato de três anos na Direcção da Plataforma por acreditar poder contribuir tanto ao nível da reflexão estratégica como ao nível da *advocacy* e sensibilização junto dos diferentes interlocutores e públicos, com base na experiência acumulada ao longo de dois mandatos anteriores (2002-2008). Na actual Direcção, a ACEP ficou com a responsabilidade do domínio da comunicação externa e promoveu, em 2012, um processo de renovação da imagem gráfica e dos principais instrumentos de comunicação (Website, Newsletter e Informação Semanal), com vista a melhorar a sua eficácia. Em Janeiro de 2013 foi

lançada a Revista da Plataforma, em formato digital e com tiragem quadrimestral, com vista a incrementar a difusão de conteúdos próprios e contribuir para melhorar a informação sobre Desenvolvimento disponível em português. Ao longo do ano, foram editados três números sobre os seguintes temas: Cooperação Portuguesa, que futuro?; Sociedade Civil e Eficácia do Desenvolvimento; e Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Também fez parte do pelouro da Comunicação o acompanhamento do ciclo de cinema “Desenvolvimento e Direitos Humanos”, de periodicidade mensal e em parceria com o Centro de Informação Regional das Nações Unidas (UNRIC) e a participação na comissão organizadora do Fórum Nacional das Redes da Sociedade Civil a realizar-se em Fevereiro de 2014. O ano de 2013 foi ainda marcado por diferentes momentos de reflexão com as associadas da Plataforma com o objectivo de se elaborar um Plano Estratégico para os próximos 4 anos - este não foi aprovado na AG de Dezembro de 2013, da qual saiu um grupo Ad-hoc que a ACEP integrou e que teve o mandato de

aprofundar a proposta inicial até à AG de Março de 2014. Por último, importa ainda salientar a participação na avaliação do Contrato Programa assinado em 2009 com o então IPAD e cuja vigência terminou em Setembro de 2013.

Grupo de Trabalho *Aid Watch*

A monitoria e o trabalho de *advocacy* para a promoção de uma política de Cooperação para o Desenvolvimento no contexto português são duas áreas que a ACEP tem trabalhado ao longo da última década, seja em iniciativas organizadas individualmente, seja em articulação com outras organizações. O envolvimento da ACEP no grupo de trabalho *Aid Watch*, da Plataforma Portuguesa das ONGD, surge naturalmente, no seguimento desse trabalho. Assim, desde a criação do grupo, em 2006, que a ACEP mantém a sua participação. Desde 2012, aprofundou o trabalho nesta área, ao responsabilizar-se pela elaboração do relatório *Aid Watch de 10 anos da Cooperação Portuguesa* e, em 2013, a produção de quatro *factsheets* que analisam os compromissos da Cooperação Portuguesa em

2012, o contributo da Sociedade Civil no Desenvolvimento e o futuro do Desenvolvimento no Pós-2015. Ainda no âmbito do grupo português *AidWatch*, a ACEP esteve em Bruxelas, em dois *workshops* organizados pela CONCORD Europe, que agrega todos os grupos nacionais, nomeadamente:

_ Lançamento do Relatório *Aid Watch* Europeu - *The Unique Role of European Aid. The fight against global poverty*

A ACEP, em representação da Plataforma Portuguesa das ONGD, participou em Outubro de 2013 num *workshop*, em Bruxelas, onde se delinearam as prioridades do grupo europeu para o ano de 2014. Na ocasião, foi também lançado o Relatório Europeu *AidWatch* referente a 2012.

_ Instrumentos de *advocacy* para a monitoria da Cooperação para o Desenvolvimento em *workshop*

A ACEP participou, nos dias 23 e 24 de Abril, num *workshop* do grupo *Aid Watch* da CONCORD, em representação do grupo de trabalho *Aid Watch* da Plataforma Portuguesa das ONGD. Esta iniciativa visa capacitar os membros do grupo *Aid Watch* com instrumentos de *advocacy* para a

monitoria da Cooperação para o Desenvolvimento europeia. É também uma oportunidade para discutir e participar na definição do relatório *Aid Watch* 2013 da UE e trocar experiências entre os membros.

Participação no Fórum da Sociedade Civil para a Estratégia Europa-África

A ACEP representou a Plataforma Portuguesa das ONGD no Fórum da Sociedade Civil Europa-África, que se realizou, em Bruxelas, de 23 a 25 de Outubro de 2013. O encontro reuniu cerca de 100 representantes da Sociedade Civil dos continentes europeu e africano para debaterem as prioridades e desafios que deverão estar em cima da mesa de negociações na próxima Cimeira Europa-África (em Bruxelas nos dias 2 e 3 de Abril de 2014). Esta participação vem-se efectivando desde a 1ª Cimeira Europa-África de Chefes de Estado, realizada no Cairo (Egipto), em 2000, tendo a directora da ACEP elaborado um dos documentos preparatórios que apresentou nas reuniões regionais das OSC em África.

ORGANIZAÇÃO CONJUNTA

_ Feira do Livro - Cooperação e Desenvolvimento



FEIRA DO LIVRO COOPERAÇÃO DESENVOLVIMENTO

CONVITE
ABERTURA | 27 MAIO | 14H

Rua Rodrigues Sampaio n.º 3, Lisboa
(metro Avenida)

acep
ACEP - Associação para a
Cooperação Entre os Povos

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGUESA
Gabinete de Documentação
e Comunicação

A ACEP, em parceria com o Gabinete de Documentação e Comunicação do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua organizou, de 27 de Maio a 12 de Junho, a primeira edição da Feira do Livro, na sede do Camões, I.P., dedicada à Cooperação e ao Desenvolvimento. No certame estiveram centenas de livros editados pelo Camões, I.P. e de cerca de uma dezena de organizações da sociedade civil portuguesas.

PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE OUTROS

_ Conferência “Interfaces da Lusofonia”.

A ACEP participou nesta Conferência Internacional, a 8 de Julho de 2013, que reuniu na Universidade do Minho diversos investigadores para reflectir sobre o conceito de lusofonia numa perspectiva multidisciplinar. A técnica de projectos da ACEP, Liliana Azevedo, apresentou vários projectos que a ACEP tem desenvolvido em rede com outros países de língua portuguesa, como o projecto "Meninos de Rua: Inclusão e Inserção" ou a "Casa dos Direitos: Redes e Recursos para o Desenvolvimento".

_ A Cooperação para o Desenvolvimento e os 50 anos da União Africana.

A directora da ACEP, Fátima Proença, participou a 8 de Maio de 2013 num debate sobre Cooperação para o Desenvolvimento, no âmbito das comemorações dos 50 anos da União Africana, na sede da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Lisboa. Tratou-se de uma colaboração entre a CPLP e a RDP África.



EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO

Ao longo dos últimos anos, a ACEP, a par dos projectos de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento que tem realizado, procura sistematicamente contribuir para a construção de conhecimento nos domínios do Desenvolvimento e da Cooperação. Em 2013, o conjunto de publicações que resultaram da coordenação ou do contributo da ACEP tem como tema comum os Direitos Humanos, embora sejam muito diversificadas - em abordagens e geografias. Destacam-se nas próximas páginas algumas dessas contribuições.

© Liliana Azevedo, Sede FONG-STP, São Tomé e Príncipe, 2013

Guiné-Bissau / 40 anos de Impunidade



Apresentado numa conferência internacional que teve lugar em Bissau, em Dezembro de 2013, sobre o papel da sociedade civil na luta contra a impunidade, este estudo é o culminar de um inquérito realizado ao longo de 2013 pela Liga Guineense dos Direitos Humanos, por todo o

país, com coordenação de Pedro Rosa Mendes, sobre as raízes da impunidade na Guiné-Bissau. O estudo revela, por um lado, um leque significativo de opiniões sobre o fenómeno da impunidade e, por outro, abre o debate sobre as formas de ultrapassar a crise grave que o país atravessou após o Golpe de Estado de 12 de Abril de 2012. A publicação persegue o objectivo de ser uma contribuição positiva para a discussão do futuro da Guiné-Bissau num momento crucial da sua existência enquanto nação independente. Para ler em <http://goo.gl/TmLRYN>.

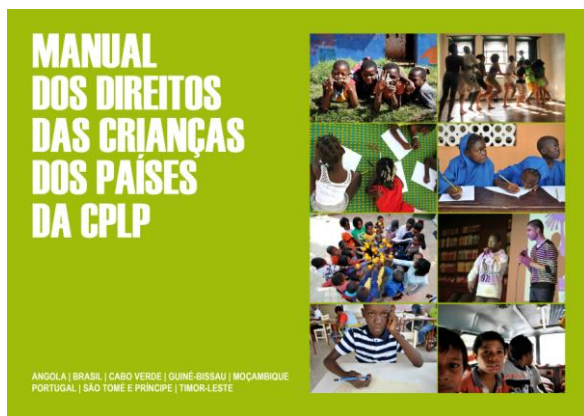
Países da CPLP / Engenhos de Rua - Modelos de Intervenção com crianças em situação de vulnerabilidade/exclusão em Países da CPLP

O estudo, coordenado pelo sociólogo Orlando Garcia no âmbito do projecto “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção”, abrange os oito países da CPLP: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Trata-se de uma análise comparativa dos modelos de intervenção com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade das ONG parceiras do projecto e de outras

organizações da sociedade civil, bem como das entidades que, em cada país, tutelam a infância e a juventude. No total, foram analisadas as estratégias de intervenção de 32 entidades - 22 são ONG e 10 são organismos estatais dos 8 países de expressão em língua portuguesa. A obra termina com um capítulo de “pistas de leitura” e de análise dos diversos modelos de intervenção das organizações - das organizações “plataforma-radar”, à “morada-comunidade” ou “morada em malha fechada”. Para ler em <http://goo.gl/LUsgZ3>



Países da CPLP / Manual dos Direitos das Crianças nos Países da CPLP



Elaborado no âmbito do projecto “Meninos de Rua: inclusão e inserção”, este manual pretende fornecer aos profissionais (professores, animadores, parlamentares, jornalistas) e pessoas interessadas no tema, informação acessível sobre os principais instrumentos internacionais na área dos direitos das crianças e, por outro lado, sistematizar informação sobre a legislação nacional relativa aos direitos das crianças por país, sob forma de fichas práticas.

Portugal / As ONGD e a Qualidade, em todos os campos e latitudes

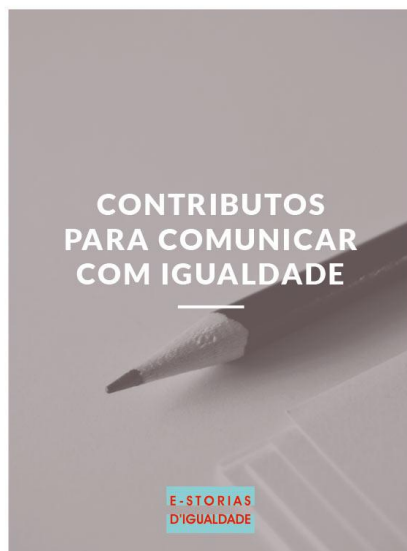


A ACEP tem acompanhado de perto o percurso do movimento internacional de ONGD para a promoção da qualidade do seu trabalho. Este estudo, elaborado por Fátima Proença para a Plataforma Portuguesa das ONGD, analisa uma

década desse processo de Eficácia do Desenvolvimento levado a cabo pela Sociedade Civil, e termina com uma análise dos resultados a um inquérito exaustivo, sobre este tema, realizado às ONGD membros da Plataforma Portuguesa das ONGD.

O estudo está dividido em quatro partes temáticas. A primeira parte é uma reflexão sobre a passagem de uma agenda de Eficácia da Ajuda para uma agenda de Eficácia do Desenvolvimento, enquanto a segunda e terceira parte são dedicadas à participação das OSC na promoção da agenda de Eficácia do Desenvolvimento e a alguns exemplos de boas práticas das OSC à escala mundial (em termos de inovação, parceria, transparência ou avaliação). Já na última parte do estudo procura-se, através da análise dos resultados do inquérito, traçar algumas pistas e recomendações para um maior envolvimento das OSC portuguesas neste debate. A sua apresentação foi feita na sede do Camões-Instituto da Cooperação e da Língua, numa sessão de trabalho que contou com cerca de 40 pessoas, nomeadamente do Camões, I.P. e das ONG. Para ler em <http://goo.gl/O9Ea7i>.

Portugal / *Contributos para Comunicar com Igualdade*

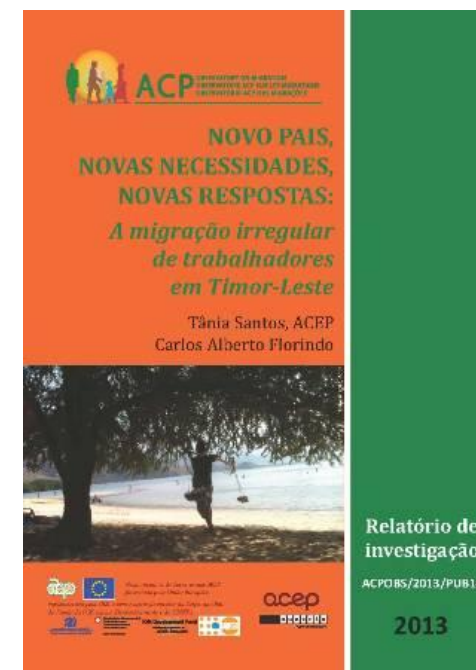


Na recta final do projecto *e-stórias d'igualdade*, sentiu-se a necessidade de elencar algumas recomendações para a promoção da igualdade de género nos meios de comunicação social portugueses. Dessa necessidade, foi integrado na publicação final um capítulo com *Contributos*

para Comunicar com Igualdade, elaborados com base nos contributos recolhidos nas discussões organizadas no âmbito do projecto, nomeadamente nos *workshops* “Comunicar com Igualdade” e no inquérito final realizado a profissionais dos media, da sociedade civil e da academia que trabalham directamente com questões de género. Para ler em <http://goo.gl/fqTE8>.

Timor-Leste / *Novo país, novas necessidades, novas respostas: A migração irregular de trabalhadores em Timor-Leste*

Este estudo, da iniciativa do Observatório ACP para as Migrações realizado pela ACEP, e da autoria de Tânia Santos (ACEP) e Carlos Alberto Florindo, de Timor-Leste, com assessoria científica do Prof. Lúcio de Sousa e Prof^a. Rosana Albuquerque, traça a situação actual da migração irregular de trabalhadores em Timor-Leste e conclui que é fundamental desenvolver uma abordagem estratégica para as migrações, que promova e potencie o seu papel no processo



de Desenvolvimento de Timor-Leste. Publicado pelo Observatório ACP das Migrações, o estudo recomenda a definição urgente de uma política de migração proactiva e a revisão da Lei da Imigração e Asilo. Este estudo conta também com uma versão em língua inglesa. Para ler em <http://goo.gl/4sSeP7>.



© Fátima Proença, Bairro de Antula/Bono, Guiné-Bissau, 2012

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

No que diz respeito a instrumentos de informação, sensibilização e debate, a ACEP tem vindo a explorar as potencialidades da comunicação electrónica, seja através da participação nas redes sociais, seja com a criação de espaços, sob o formato de blogue, expressamente concebidos para objectivos muito concretos. Este tipo de recursos pretendem assim responder a dois tipos de necessidades:

- por um lado, as relativas às actividades de projectos, tornando acessíveis as suas iniciativas e resultados e,

- por outro, as necessidades de abrir a casa e as suas actividades ao escrutínio externo, através da partilha de informação de diversos tipos com um público mais amplo, tanto de pessoas individuais como de instituições. Elencamos de seguida os espaços de comunicação electrónica da iniciativa e responsabilidade da ACEP, individualmente ou partilhada com outras organizações.

_ www.acep.pt - um sítio onde se pode encontrar a acep

_ 52 Histórias
www.52historias.org

_ Alfabeto do Desenvolvimento
www.projectoalfabeto.wix.com/desenvolvimento

_ Casa dos Direitos / Guiné-Bissau
www.casadosdireitos-guinebissau.blogspot.com

_ e-storias d'igualdade
www.e-storiasdigualdade.com

_ Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento
www.cooperacao-desenvolvimento.blogspot.com

_ Sociedade Civil STP
www.sociedadecivilstp.blogspot.com

_ Vozes de Nós - Crianças protagonistas dos seus direitos
www.vozes-de-nos.blogspot.com

_ Facebook
www.facebook.com/ACEP.ONGD
www.facebook.com/estoriasdigualdade

Cantos do Sul - as sugestões de leitura da *newsletter* da ACEP

A *newsletter* institucional da ACEP é um dos principais instrumentos de comunicação utilizado pela ACEP para divulgar as suas actividades, incluindo também diversas sugestões de publicações, exposições, sítios electrónicos, entre outros instrumentos no domínio do

Desenvolvimento, dos Direitos Humanos ou relativos à sociedade civil. Elencamos aqui, em jeito de balanço, algumas das sugestões de leitura propostas pela ACEP em 2013:

_ *ONG de la Guía de la Transparencia y las Buenas Prácticas*. Guia realizado pela Fundacion Lealtad que analisa a evolução das ONG desde 2007 e traça o perfil das organizações mais bem posicionadas perante a crise económica, bem como as mais vulneráveis à actual conjuntura. Mais em www.guiatransparenciaong.fundacionlealtad.org.

_ *Cooperação Portuguesa - Que Futuro? - Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD # 0*. Primeira edição da revista editada pela Plataforma Portuguesa das ONGD, uma publicação quadrimestral dedicada à reflexão sobre a Cooperação e o Desenvolvimento. Este número traça o perfil da Cooperação Portuguesa, e conta com o contributo de investigadores, membros de ONGD e da Sociedade Civil, responsáveis políticos, entre outros actores da Cooperação. Mais em www.plataformaongd.pt/revista.

_ *Sociedade Civil e Eficácia do Desenvolvimento - Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD # 1.* Revista editada pela Plataforma Portuguesa das ONGD, com dossiê especial sobre o desafio da Eficácia do Desenvolvimento das Organizações da Sociedade Civil à escala global, entre outros temas relacionais com o Desenvolvimento. Mais em www.plataformaongd.pt/revista.

_ *Afrikadaa - Design e artes contemporâneas africanas.* Revista dedicada à arte contemporânea, arquitectura e *design* do continente africano e da sua diáspora. Mais em www.afrikadaa.com/p/la-revue.html.

_ *As ONGD e a qualidade, em todos os campos e latitudes.* Estudo elaborado por Fátima Proença, da ACEP, que analisa uma década do processo de Eficácia do Desenvolvimento levado a cabo pela Sociedade Civil, e os resultados de um inquérito exaustivo, sobre este tema, realizado às ONGD membros da Plataforma Portuguesa das ONGD. Mais em www.plataformaongd.pt/publicacoes/plataforma.

_ *Relatório CIVICUS sobre estado da Sociedade Civil em 2013.* Relatório debruça-se sobre a questão do ambiente favorável às OSC e apresenta alguns exemplos de experiências de activistas e ONG de todo o mundo, concluindo que se evaporou a vaga de optimismo experimentada pela sociedade civil em 2012. Mais em www.civicus.org.

_ *AfriBD: um repositório de banda desenhada africana.* Uma espécie de repositório de banda desenhada do continente africano, onde existem ainda poucos exemplos de redes ou sites dedicados a esta forma de expressão. Para conhecer em www.afribd.com.

_ *Sur, uma Revista Internacional Sobre Direitos Humanos.* Revista da iniciativa da ONG brasileira Conectas, sobre Direitos Humanos, com periodicidade semestral e publicada em inglês, português e espanhol. Mais em www.surjournal.org.

Micronarrativa para comunicar direitos - os *storytelling* e documentários produzidos em 2013

EM 2013, a ACEP produziu várias micronarrativas, em vídeo, no âmbito de diferentes iniciativas e projectos no domínio dos Direitos Humanos.

_ *e-storias contadas*

No projecto *e-storias d'igualdade*, por exemplo, foram realizados vídeo-narrativas para serem utilizados por outros como material de sensibilização no domínio da igualdade de género. São 12 histórias de mulheres e homens que



procuram desconstruir estereótipos e que despoletam debates em torno da igualdade de género. Os vídeos estão acessíveis no

site do projecto em www.e-storiasdigualdade.com.

_ Um Mês de Projectos Por Uma Vida com Direitos

Ao longo de 2013, a ACEP, em colaboração com a Casa dos Direitos e a TV Klelé (Guiné-Bissau), produziu três breves documentários (num total de 4 a serem apresentados em 2014) sobre projectos de promoção dos direitos das mulheres, das crianças e dos detidos, financiados pelo Instrumento Europeu de Democracia e Direitos Humanos, na Guiné-Bissau. Os vídeos serão apresentados em 2014, na campanha “Um Mês de Projectos Por Uma Vida com Direitos”, em que será dedicada, semanalmente durante um mês, uma sessão a cada um dos projectos.

_ Os direitos das crianças e jovens guineenses em documentários

A propósito do 1.º aniversário da Casa dos Direitos, na Guiné-Bissau, foram produzidos dois breves documentários que deram a conhecer o trabalho dos grupos de teatro do Enterramento Unido e das Escolas de Verificação Ambiental, ambos produzidos pela TV Klelé.

O APOIO NA ÁREA DA COMUNICAÇÃO ÀS ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS

A qualidade da Comunicação sobre Desenvolvimento é uma das principais preocupações da ACEP, distanciando-se porém de uma abordagem de mero *marketing* institucional. Ao longo dos últimos anos, a ACEP tem de facto investido na vertente de comunicação, ao nível das suas actividades e também na relação com os seus parceiros, apoiando-os diariamente no desenvolvimento das suas próprias estratégias de comunicação.

É disso exemplo o apoio à criação e manutenção de sítios electrónicos institucionais de organizações parceiras, na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, bem como de iniciativas mais pontuais por elas desenvolvidas. Este apoio advém do reconhecimento do potencial da utilização da internet para comunicar o trabalho desenvolvido pelas organizações, não menosprezando porém a sua articulação com outros canais de comunicação mais “tradicionais”. Nos últimos dois anos, a ACEP desenvolveu várias acções de formação que possibilitaram a capacitação das suas organizações parceiras nestes dois países, alargando a possibilidade de participação a outras organizações que até então não tinham presença na internet, nos dois países.

A apropriação dos instrumentos de comunicação por parte das organizações parceiras é uma prioridade para a ACEP e tem sido possível pelo acompanhamento e apoio na “retaguarda” de iniciativas várias, como a página e boletim electrónico da Casa dos Direitos, ambos geridos pela coordenação da Casa, a página institucional da Liga Guineense dos Direitos Humanos ou, mais recentemente, a página do projecto Sociedade Civil pelo Desenvolvimento – Comunicação, Capacitação, Advocacia. Neste último caso, em que a Comunicação é uma das áreas centrais, a assessoria da ACEP estende-se a outros instrumentos de comunicação, como na elaboração das brochuras temáticas, do boletim informativo ou do boletim de levantamento de recortes de imprensa sobre políticas públicas em São Tomé e Príncipe.

OS RECURSOS DA ACEP



© Ana Filipa Oliveira, Porto Alegre, São Tomé e Príncipe, 2013

OS RECURSOS HUMANOS

O quadro de recursos humanos permanentes e remunerados da ACEP em 2013 não sofreram alterações, pelo que não repetimos o que consta do Relatório de 2012. Ao longo do ano, entre equipa permanente, situações de avenças e colaborações especializadas a ACEP contou com cerca de 20 pessoas numa base regular. A especialização da equipa, articulada com a polivalência, continuam a ser uma das chaves da capacidade de resposta e também de iniciativa, numa atitude marcada pela procura de aprofundar, identificar novos desafios, não se ficar pelo adquirido.

Nos tempos de incerteza financeira que vivemos, a manutenção da equipa, no pleno gozo de todos os seus direitos laborais, é um desafio de que a ACEP não abre mão.

Em 2013 a ACEP recebeu novos fundos num montante de 302.756 euros (291.800 euros em 2012), registando uma ligeira recuperação (+4%), no seguimento do corte substancial nos novos fundos disponíveis registado em 2012 (cerca de 30%). A diminuição da parte das instituições públicas portuguesas continua a ter uma quebra muito considerável (passou de 55% em 2012 para 32% em 2013 e, respectivamente, de 159.378€ para 97.156€). Paralelamente, os fundos europeus praticamente que duplicaram, o que é muito significativo, ainda mais se tivermos em conta que os montantes que aqui registamos são inferiores aos reais, já que no caso de contratos em que o parceiro local é o cabeça do consórcio os fundos recebidos não estão aqui registados, para não haver duplo registo com o parceiro local (estão neste caso projectos como o do Observatório dos Direitos ou o projecto sobre a Impunidade, na Guiné-Bissau, ambos de cofinanciamento europeu).

OS RECURSOS FINANCEIROS

A geração de fundos próprios e captação de fundos privados cresceu cerca de 50%, para tal contribuindo destacadamente as actividades de investigação sob forma de prestação de serviços. Neste quadro, a nota preocupante continua a ser a da retracção do financiamento público português e as limitações nos critérios de financiamento, que tendencialmente excluem projectos que não tenham cofinanciamento garantido à partida e de preferência europeu ou novos projectos, face a compromissos de cofinanciamento anteriores com projectos plurianuais. Esta última situação desincentiva aliás a apresentação de novos projectos, cuja elaboração implica um volume de trabalho e expectativas muito consideráveis, pelo que, pelo segundo ano consecutivo a ACEP não se candidatou ao cofinanciamento de projectos de

ENTRADA DE NOVOS RECURSOS FINANCEIROS												
	2008 (€)	%	2009 (€)	%	2010 (€)	%	2011 (€)	%	2012 (€)	%	2013 (€)	%
Fundos públicos portugueses	157.004	49	144.421	42	220.496	53	259.306	60	159378	55	97156	32
Fundos europeus	122.849	39	88.727	26	57.665	14	39.120	9	58041	20	116932	39
Fundos multilaterais	0	0	71.593	21	92.295	22	58.129	13	42847	15	42847	14
Fundos privados e fundos próprios	39.413	12	36.922	11	39.118	11	75.641	18	31534	10	45820	15
Total	319.266	100	341.663	100	409.574	100	432.197	100	291800	100	302756	100

Educação para o Desenvolvimento do CICL, o que implica a inexistência ao longo de 2013, para a ACEP, de verbas para trabalho de sensibilização em Portugal nesta área. E esta não é uma área a que o financiamento europeu possa responder, pois que a nível da CE se verificou uma opção por financiamento exclusivo de alguns poucos projectos de grande dimensão, que envolvam todos os estados membros e promovidos por grandes redes transnacionais e “famílias” de ONGs.

A ACEP continua a ter os sistemas de controle externo através de auditorias independentes aos projectos; auditoria independente à ACEP; divulgação do Relatório de actividades e contas e do relatório de auditoria no site da organização; inclusão no relatório de contas da informação sobre montantes e origens dos financiamentos.

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

ACEP - Associação Para Cooperação Entre Povos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

em 31 de Dezembro 2013

Montantes expressos em EURO

montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		36.207,46	49.235,48
Subsídios, doações e legados à exploração.....		271.856,21	389.283,84
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....		-37,88	-201,18
Fornecimentos e serviços externos.....		-249.217,03	-351.398,95
Gastos com o pessoal.....		-81.613,02	-83.343,75
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....		-50,46	-81,41
Provisões (aumentos/reduções).....			
Provisões específicas (aumentos/reduções).....			
Outras imparidades (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		28.437,54	10.843,31
Outros gastos e perdas.....		-2.356,86	-2.904,99
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.225,96	11.432,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		-1.467,14	-1.803,94
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.758,82	9.628,41
Juros e rendimentos similares obtidos.....		60,71	180,74
Juros e gastos similares suportados.....		-0,43	-27,07
Resultado antes de impostos		1.819,10	9.782,08
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		1.819,10	9.782,08

ACEP - Associação Para Cooperação Entre Povos

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2013

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....		125,65	1.193,79
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento.....			
Activos intangíveis.....			
Investimentos financeiros			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros...			
		125,65	1.193,79
Activo corrente:			
Inventários.....		7.273,77	7.969,91
Clientes.....		207,97	585,14
Adiantamentos a fornecedores.....			64,65
Estado e outros entes públicos.....			
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros...			
Outras contas a receber.....		95.391,18	124.491,84
Diferimentos.....		619,20	559,07
Outros activos financeiros.....			
Caixa e depósitos bancários.....		89.960,04	44.312,28
		193.452,16	177.982,89
Total do Activo		193.577,81	179.176,68

ACEP - Associação Para Cooperação Entre Povos

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2013

		Montantes expressos em EURO	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos			
Excedentes Técnicos			
Reservas			
Resultados transitados.....		37.099,83	27.317,75
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações nos Fundos patrimoniais.....			
		37.099,83	27.317,75
Resultado líquido do período.....		1.819,10	9.782,08
Total do fundo de capital		38.918,93	37.099,83
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....		2.522,62	
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....		4.451,36	4.134,69
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros...			
Financiamentos obtidos.....			
Diferimentos.....		145.575,79	127.310,07
Outras contas a pagar.....		2.109,11	10.632,09
Outros passivos financeiros.....			
		154.658,88	142.076,85
Total do passivo		154.658,88	142.076,85
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo			
		193.577,81	179.176,68